

Dinora Tereza Zucchetti, Eliana Gonçalves de Moura, Magali Mendes de Menezes
¿Hay espacio para la economía solidaria en el campo de la educación?
Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social, vol. 8, núm. 16, julio-diciembre, 2008, pp. 262-279,
Universidad de los Andes
Venezuela

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62214498005>



Cayapa. Revista Venezolana de Economía Social,
ISSN (Versión impresa): 1317-5734
revistacayapa@cantv.net
Universidad de los Andes
Venezuela

¿Cómo citar?

Fascículo completo

Más información del artículo

Página de la revista

www.redalyc.org

Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

**¿Hay espacio para la economía solidaria en el campo de la educación?
IS THERE SPACE FOR SOLIDARITY ECONOMY
IN THE EDUCATION FIELD?**

ZUCCHETTI, Dinora Tereza (*) GONÇALVEZ DE MOURA, Eliana ()
MENDES DE MENEZES, Magali (***)**

RESUMEN

Este artículo presenta una reflexión sobre los desafíos de la educación dirigida a los participantes de experiencias autogestionadas de generación de trabajo e ingreso. A partir de nuestras actividades de investigación en el proyecto Educación, Trabajo y Solidaridad que desarrollamos junto al "Fórum Municipal de Economía Solidaria", en Novo Hamburgo-RS/Brasil, llegamos a la conclusión que las experiencias de producción asociada, basadas en la autogestión y la solidaridad, generan saberes y significados, y la emergencia de nuevos sujetos de trabajo. Estos procesos hacen necesario construir otras prácticas pedagógicas, dirigidas a la formación de sujetos capaces de construir alternativas solidarias a la economía capitalista.

Palabras Claves: Economía solidaria, educación, trabajo asociado, autogestión, economía social.

ABSTRACT

This paper presents reflections on the challenges of education directed to members of popular economy organizations. In our activities of research in the project Education, Labor and Solidarity, and in the Municipal Forum of Solidarity Economics in New Hamburgo-RS/Brasil, we observed in the associative experiences the emergence of new knowledge and identities. We conclude that new pedagogical practices are necessary to contribute to the full development of these solidarity economy experiences, and of actors able to build solidarity-based alternatives to capitalist economy.

Key Words: Solidarity economy, education, worker owned enterprise, social economy.

RECIBIDO:12/04/08 / ACEPTADO:01/06/08

* Profesora del Centro Universitario Feevale, Novo Hamburgo, RS, Brasil
dinora@feevale.br .

** Profesora del Centro Universitario Feevale, elianapgm@feevale.br.

*** Profesora del Centro Universitário Feevale. magalimm@terra.com.br.

INTRODUÇÃO

Nosso campo de reflexão centra-se na área da educação e trabalho, tendo como foco de investigação os processos educativos e sócio-antropológicos que se produzem e se manifestam nos movimentos de constituição e organização de grupos associativos e solidários de geração de trabalho e renda. Nossas inquietações iniciais emergem de uma experiência de Extensão Universitária que teve como objetivo assessorar um grupo de mulheres desempregadas de um bairro de periferia da cidade de Novo Hamburgo/RS. A proposta inicial era organizar uma cooperativa na área do artesanato, conhecimento que já era acumulado pela experiência diária dessas mulheres. Aos poucos fomos percebendo que a construção de uma outra idéia de trabalho, envolveria necessariamente uma reflexão sobre as potencialidades e a capacidade criadora desse grupo. Esse processo desencadeou para nós, pesquisadoras, uma outra percepção sobre a Educação que implicava repensar os conhecimentos que nos são impostos e incorporados ao nosso modo de perceber o mundo e a nós mesmas. Falar sobre trabalho, portanto, significava falar sobre o proibido: sobre os desejos, afetos, querer esquecidos ou amordaçados por uma lógica perversa que nos impossibilita sentir, falar, seguir um tempo próprio. Havia por parte das mulheres a certeza de que era necessário estarem juntas, compartilhando histórias, saberes, vivências.

Da riqueza desta experiência fomos elaborando um projeto de pesquisa¹ que, através de olhares mais ampliados sobre a realidade de nossa região, o Vale do Sinos/RS, nos possibilitasse compreender que as dificuldades presentes na organização de grupos associativos, cooperativos, informais (e todas as outras formas de organização social para a geração do trabalho e renda) não estavam desvinculadas de uma reflexão sobre a diversidade de experiências, de vivências e sobre os sentidos que a solidariedade assume dentro dos grupos.

Assim, buscamos acompanhar os debates de grupos locais que se reúnem em torno do Fórum Municipal de Economia Solidária de Novo Hamburgo/

¹ Projeto institucional de pesquisa "Educação, Trabalho e Solidariedade", financiado pelo CNPq e vinculado a linha de pesquisa Políticas Públicas e Inclusão Social, do Mestrado Profissional em Inclusão Social e Acessibilidade, do Centro Universitário Feevale/RS.

RS², articulando cerca de dezesseis grupos cooperativos - organizados ou em processo de organização. Enquanto problema de pesquisa, indagamos: como as experiências de produção associada³, baseadas na autogestão e na solidariedade, produzem saberes e significados? Como estes saberes e significados podem contribuir para a emergência de um novo sujeito do trabalho? Como a produção de (*novos*) saberes e significados e a emergência de um novo sujeito do trabalho articulam-se entre si? E ainda, como ambos se relacionam (ou não) com o surgimento de um novo modelo de sociedade e educação?

Do processo de análise e reflexão, surgiram novas indagações, indicações de rumos e possibilidades ao trabalho de campo. Mas foi no diálogo com os atores sociais envolvidos⁴ –os trabalhadores/as– que emergiu a multivetorialidade da análise, num processo onde nossos “*a priori*” estão sendo questionados da mesma maneira que questionamos os pontos de vista daqueles/as.

De nossa experiência de campo, estamos apreendendo que são os próprios atores sociais que são capazes de definir a situação na qual se encontram, porque estão a construí-la e re-construí-la incessantemente. Contudo, é pela força do diálogo entre os empreendimentos, as entidades de apoio e o poder público, que outras possibilidades de organização sócio-econômica – “a outra economia”, como sugere Cattani (2003), poderão emergir. Isto porque, para pensarmos o(s) sentido(s) da cidadania e dos direitos humanos temos que necessariamente refletir sobre o caráter democrático da economia. Desse modo, a economia não diz respeito apenas aos “doutores” das Ciências Econômicas, mas a um saber que se constrói na casa (*oikós*); casa que é morada, trabalho, mundo. No cotidiano de nossas experiências, na partilha com outros, vamos (re)aprendendo a conceber a economia não como algo distante, mas como um elemento que é feito de vivências e significados diversos. Seguindo essa perspectiva, neste texto, pretendemos problematizar a permeabilidade da educação ante a emergência de um outro sujeito do

2 O Fórum Municipal de Novo Hamburgo foi criado em março de 2006 e contou com a Escola 8 de Março e da Instituição de Ensino Superior FEEVALE como entidades de apoio.

3 Por produção associada entendemos, com Peixoto Filho (2004), “as iniciativas de trabalhadores que se associam para produzir meios de vida, tais como: alimentos, roupas, brinquedos, ferramentas, material de construção, instrumentos musicais e muitos outros.” (p. 50-51).

4 Este projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Feevale.

trabalho, de uma outra economia e, por extensão, de uma outra organização social. Para tanto, o campo de nossas investigações tem sido as reuniões mensais do *Fórum Municipal de Economia Popular Solidária* de Novo Hamburgo e do *Fórum Regional de Economia Popular Solidária* do Vale do Sinos. Como método de investigação, optamos pela Pesquisa Participante, adotando como estratégia as observações participantes e os registros em diário de campo.

Assim, buscamos explicitar uma outra configuração social que se projeta sobre o campo educacional, demandando-nos construir outras práticas pedagógicas no interior de uma sociedade de exclusão, lançando outros olhares sobre a Educação e a formação de professores, especialmente entre aqueles que atuam em escolas públicas e/ou em projetos sócio educativos e que, cotidianamente tem se deparado com uma realidade social complexa e contraditória.

O campo da Educação

Historicamente, a Educação coloca-se como um espaço de contradições, pois, ao mesmo tempo em que, se prestou a ratificar uma ordem estabelecida, também tem alimentado sonhos de mudança, capazes de transformar a vida dos sujeitos e, conseqüentemente, a própria sociedade. O problema é que as contradições, também, permeiam os sujeitos, ou seja, não existe um lugar “seguro” de onde podemos nos instalar e olhar o mundo com clareza, definindo a priori o ideal tanto de sujeitos que queremos construir como o de sociedade que almejamos.

Neste sentido, consideramos importante reconhecer que o acesso ao conhecimento e habilidades constitui parte do processo de formação humana, mas não deve ser confundido com sua totalidade. Questionamos a consensual concepção que atribui aos processos escolares os fins e os meios de toda a Educação. Esta concepção articula a visão pragmática e utilitarista, predominante na ordem política e social, ao papel atribuído à educação escolar de preparar os educandos para o exercício da cidadania. Nesta, porém, o atributo de cidadão apenas refere-se aos indivíduos que se apossam dos conhecimentos e habilidades considerados necessários para que se integrem como força de trabalho eficiente nos setores produtivos, numa sociedade de emprego incerto.

Discordando, entendemos que a Educação não se limita, apenas, à aquisição de produtos que fazem parte da herança civilizatória; mas é resultado da ação humana que cria condições de reprodução da vida e de suas formas sociais, as quais podem ser orientadas pelos princípios da solidariedade, pelo respeito às diferenças e pela autonomia. Para nós, estas características constituem o fundamento para a formação do sujeito ético, aquele que será capaz de construir alternativas solidárias diante das exigências de competitividade da sociedade capitalista.

É assim que, sob esta perspectiva, concebemos a Educação para além dos espaços instituídos, nos quais circulam os saberes hegemônicos, questionando as instituições socialmente legitimadas, proprietárias do direito (e dever) à transmissão de conhecimentos. Considerando que na marginalidade dos saberes instituídos, existe um universo plural de culturas, de expressões, de sujeitos que produzem conhecimentos e atribuem outros significados à própria existência, entendemos que o mais importante sentido da Educação consiste em recuperar estes significados (ou construí-los) e perceber os diferentes espaços nos quais estes significados são compartilhados.

O campo da economia solidária

A história recente do capitalismo tem demonstrado sua fantástica capacidade de produzir riquezas e, ao mesmo tempo, sua brutal capacidade de concentração de renda, acarretando desigualdades e processos de exclusão social.

Amparado na crença da auto-regulação do mercado, o sistema capitalista, sustenta uma lógica de relações sociais baseada, não apenas, na competição e no individualismo, mas principalmente, na subserviência de muitos em relação a alguns poucos. Cada vez mais centralizando e, contraditoriamente, volatilizando o poder, o dinheiro e o capital, e ao mesmo tempo, dispensando trabalho em toda a parte, o modelo capitalista, vem produzindo o desemprego –um dos mais inquietantes problemas enfrentados pelas sociedades contemporâneas– e agravando as desigualdades sociais.

Com efeito, o fenômeno da ampliação do desemprego e a sua relação com a redução de postos de trabalho têm colocado um grande número de pessoas ante a crescente precarização do trabalho, sem acesso a direitos sociais e com baixa perspectiva de retorno ao mercado de trabalho formal.

No caso do Brasil, segundo Pochmann (2001), todas estas conseqüências resultam, dentre outros fatores, da histórica submissão da economia brasileira à lógica da globalização, a qual não favorece uma dinamização capaz de gerar crescimento econômico porque não está voltada para a geração de emprego e para a melhoria da distribuição de renda.

Assim, ante a hegemonia da lógica da liberalização e globalização da economia, a chamada “economia solidária” emerge no cenário brasileiro propondo uma forma de organização econômica e social alternativa ao capitalismo que busca a construção de outro modelo de sociedade, demonstrando ser um setor econômico, dinâmico e estratégico, capaz de gerar trabalho e renda e promover a inclusão social. Segundo Singer (2002):

“O principal instrumento da chamada ‘economia solidária’ tem sido a empresa cooperativa, que consiste em um agrupamento de indivíduos para exercer uma atividade econômica de forma autogestionária. Em outras palavras, pessoas unidas para trabalhar e gerar renda sem ter padrões. (p. 26).

De fato, diferentemente do modo de produção capitalista, os princípios da economia solidária visam construir uma relação horizontal entre o capital e o trabalho, a fim de incluir amplamente a população nos frutos da atividade econômica. Entre esse princípios podemos destacar: o fortalecimento da autoconfiança dos/as trabalhadores/as, a cooperação, a co-responsabilidade, o respeito à diversidade (de gênero, raça e etnia) e ao meio ambiente, a conquista da cidadania, da autogestão e o compromisso com a transformação social. A importância estratégica desse novo modelo pode ser comprovada no crescimento de experiências de geração de trabalho e renda que, nas últimas décadas, se desenvolveram como alternativas ao aumento dos processos de exclusão social causado pelo desemprego.

Deste os anos 90, estas experiências vêm crescendo em todo o Brasil oferecendo timidamente, embora de forma crescente, uma alternativa de organização de trabalho e de produção diferenciada, caracterizada pelo funcionamento coletivo e democrático. Baseada na solidariedade e na cooperação entre seus membros, a economia solidária propõe-se sustentar relações sociais de colaboração não apenas entre o(a)s associado(a)s e entre as diversas organizações cooperativas, como também com a população em geral, colocando a satisfação plena das necessidades de todo(a)s como centro

e fim da atividade econômica, numa relação de intercâmbio respeitoso com a natureza. Desse modo, a economia solidária anuncia o surgimento de um consumidor solidário por que engajado na aposta de outras possibilidades de produção e distribuição de recursos e do estabelecimento de novas relações sociais.

Reflexões e inquietações que emergem deste campo

Os elementos teóricos de nossa investigação fundamentam-se na temática educação e trabalho, fazendo a articulação entre cultura e sociedade, no que se refere às relações estabelecidas entre produção e reprodução. Nesta vertente podemos considerar o pensamento de Gramsci (1978; 1982) como orientador da tese do trabalho como princípio educativo, bem como da articulação dos "intelectuais orgânicos", na busca de alternativas para a sociedade desigual.

Sob esta perspectiva, lançamo-nos no campo buscando descrever e compreender a dimensão inerente à Educação e seu papel, enquanto construtor de novas formas de relações sociais e base de formação de novos valores fundados nos princípios da cooperação, da solidariedade e da autogestão.

Com o andamento da pesquisa, pudemos perceber que quanto à Educação, em geral, o interesse dos trabalhadores/a) dos diferentes grupos cooperativos tanto de Novo Hamburgo como da região do Vale do Sinos, vêm-se concretizando mais numa demanda de promoção de processos educativos, principalmente, com vistas a mediar parcerias, junto a instituições públicas e privadas e de qualificação técnica; embora as demandas de elevação de escolaridade e de inserção profissional –especialmente, de setores historicamente considerados marginalizados pelo sistema formal de ensino– no mercado de trabalho também se façam presentes.

Neste contexto, a existência do trabalho precarizado - cada vez mais presente na sociedade brasileira, como forma de sobrevivência, uma vez que o mercado de trabalho de qualificações específicas não acompanha o crescimento das classes populares - ao induzir jovens e adultos desempregados a criarem formas alternativas de geração de trabalho e renda, parece estar colocando em marcha um processo de profundas transformações que apontam para a emergência de uma outra economia social e, principalmente, de um outro sujeito do trabalho.

Contudo, por meio de nossos estudos de abordagem participativa junto aos grupos em processos de organização, temos observado que, em geral, os trabalhadores/as desse segmento social, ainda não acumularam um necessário (re)conhecimento da história da sua comunidade o que lhes dificulta estabelecer parcerias com diversas Instituições sociais capazes de contribuir para desenvolvimento de ações concretas de geração de trabalho e renda, bem como para fortalecê-los no sentido de pressionar para a elaboração e a implementação de políticas públicas comprometidas com a inclusão social.

Trata-se, portanto, de uma demanda concreta, ainda não atendida, que possui contornos políticos importantes, na medida em que poderá abrir espaço para a instauração de um novo modelo de sociedade e que se projeta sobre o campo educacional como um grande desafio a ser enfrentado. Embora não se trate de uma tarefa exclusiva ao campo educacional, as experiências da economia solidária demandam à Educação, auxiliar os trabalhadores/as nesta difícil e complexa realidade.

Sem dúvida, a Educação pode ser de grande valia para a consolidação desta transformação, atuando de diversas maneiras, seja junto a organização como um todo, seja junto a cada trabalhador(a), priorizando intervenções de caráter social, propondo uma pedagogia do trabalho voltada para as ações de organização de formas associativas que visem o desenvolvimento da autonomia, a valorização e re-significação da experiência profissional dos trabalhadores/as e o fortalecimento dos vínculos de cooperação e solidariedade.

Um breve histórico da Economia Solidária no Rio Grande do Sul e as experiências dos Fóruns

O mapeamento⁵ realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) iniciado no segundo semestre de 2004 e que contou com o apoio de diferentes entidades que compõem a sociedade civil, trouxe informações importantes para refletirmos a situação da Economia Solidária nas diversas regiões brasileiras. Vamos destacar alguns dados para compreender os

5 Todas as informações referentes aos dados e percentuais deste mapeamento foram retirados da *Cartilha da Economia Solidária*, "Economia Solidária no Rio Grande do Sul: resultados do primeiro mapeamento Nacional, a perspectiva dos direitos humanos", Coordenador Luiz Inácio Gaiger. Cátedra da UNESCO – UNISINOS, Costa Rica, 2006.

avanços e recuos da Economia Solidária na região sul, mais particularmente na região do Vale do Sinos (onde estamos desenvolvendo nossa investigação).

O Rio Grande do Sul, neste mapeamento, é o Estado que possui o maior número de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) no Brasil, registrando 1.634 empreendimentos, o que representa 10.9% a nível nacional. Possui também o maior número de sócios/as (336.213) e 41% dos EES localizam-se na área urbano do Estado. Entre estes empreendimentos predominam os grupos informais (46%), 29% de associações e 21% de cooperativas.

O período que mais cresceu a EES no RS foi entre os anos de 2000 a 2002 com a criação de 486 empreendimentos. Os principais motivos levantados que motivaram a sua criação foram: a busca de maiores ganhos através do empreendimento associativo (25%), uma alternativa ao desemprego (25%) e uma fonte complementar para os associados (19%). Outro fator que chama a atenção é que a maior parte dos empreendimentos mistos possui sócios homens. No entanto, percebemos uma percentagem maior de mulheres em empreendimentos com menor número de sócios (cerca de 20). O que numa leitura rápida poderia traduzir o quanto as mulheres sentem-se mais a vontade e incentivadas a participar em grupos menores.

A região do Vale dos Sinos conta com 63 EES, o que representa 3,9% em relação ao RS. Com 4.850 sócio/as, 39% são mulheres e 61% são homens. A mais freqüente forma de organização nesta região são as cooperativas (46%), seguida de associações (31,70%) e grupo informal (22,20%). O Vale do Sinos possui também uma participação bem significativa nos diferentes fóruns de articulação com 50% de participação. Este dado representa a preocupação de uma boa parte dos empreendimentos na construção de redes, de espaços diversos de organização, mostrando que a construção de outro modelo de economia, trabalho e sociedade só é possível a partir do coletivo.

Todos esses dados fornecem um panorama da Economia Solidária em nosso Estado e em relação ao Brasil. Para que possamos avançar na consolidação deste projeto é necessário refletirmos sobre os gargalos propostos por estes dados, mas ao mesmo tempo, perceber o quanto ela fornece um material importante para que possamos sensibilizar o poder público sobre a importância da Economia Solidária na construção de uma idéia de desenvolvimento que leve em conta a justiça social e conseqüentemente a possibilidade de uma sociedade menos excludente.

Esses dados também nos possibilitam perceber que a medida que os Empreendimentos de Economia Solidária vão se organizando em redes através de Feiras, Encontrões, Fóruns Regionais e Municipais, o número de Empreendimentos vai crescendo. Isso demonstra a necessidade de solidificarmos esses espaços de participação popular em que a democracia passa a ser um exercício de cidadania, de trocas e engajamentos e não apenas um exercício que se justifica na hora do voto. A própria idéia de uma democracia representativa vai se fragilizando, pois estes espaços de encontros resgatam a importância do “estar presente”, da manifestação, da fala que passa aqui a ser um direito de todos.

Será dentro deste contexto que iremos pensar a nossa pesquisa construída a partir da escuta atenta desses novos sujeitos que emergem de experiências nos EES. O *Fórum Municipal de Novo Hamburgo* e o *Fórum Regional do Vale do Sinos* tornou-se o espaço de encontro desses sujeitos, espaço este que está em constante movimento e descobertas.

O *Fórum Municipal de Novo Hamburgo*, embora recente, já nos apresenta um campo rico de reflexões que nos proporcionam uma visão mais aprofundada das diversas experiências de Economia Solidária neste município.

Certamente, a organização da Economia Solidária a nível nacional, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Secretaria Nacional de Economia Solidária, ambos criados em 2003; a ampliação dos fóruns regionais e municipais; a I Conferência Nacional de Economia Solidária, em 2006, alavancou aquelas regiões que ainda estavam desmobilizadas para este debate. Foi-se com isso percebendo que a Economia Solidária não é apenas uma alternativa ao desemprego, mas que nos proporciona outra visão de mundo mais solidário, sustentável, pensado desde o trabalho coletivo, autogestionário, democrático, com responsabilidade social, e que envolva um comércio e consumo consciente.

É dentro deste contexto que o *Fórum Municipal de Economia Solidária de Novo Hamburgo* nasce. Motivado por um cenário nacional de incertezas, alguns empreendimentos juntamente com entidades de apoio colaboram na construção deste espaço. A partir de um levantamento prévio feito pela SENAES visualizamos a existência de 16 EES em nosso município. Decidimos em grupo que as reuniões aconteceriam na primeira terça-feira de cada mês. Havia por parte dos empreendimentos certa curiosidade em saber qual era na verdade a função do Fórum. Uma das questões que então foram

levantadas nas reuniões foi que qualquer sentido que tivesse o Fórum deveria ser construído dentro do grupo, não poderia ser outorgado por nenhuma entidade. Os grupos que com mais frequência vem participando das reuniões representam cooperativas do setor couro/calçadista, associação de artesanato, de recicladores, prestadores de serviço, clube de trocas, agricultura familiar, gestores públicos e entidades de apoio. As experiências dos grupos, sua forma de organização, as dificuldades vivenciadas e como buscaram resolvê-las refletem processos diversos de organização. Alguns grupos demonstram uma maior clareza na compreensão da Economia Solidária, participando de outros fóruns de discussão, trazendo uma bagagem de saberes que emerge do trabalho realizado dentro dos empreendimentos. Outros grupos, no entanto mesmo sendo identificados como EES pelo mapeamento da SENAES, não tem idéia do que isso possa significar. Isso faz com que muitos acabem afastando-se das reuniões. Isso leva a refletirmos sobre os instrumentos identificatórios das práticas de Economia Solidária, ou seja: como os grupos vão se identificando tendo como referência indicadores e qual a abertura para que o próprio instrumento possa acompanhar a resignificação dada pelos grupos, através da vivência da Economia Solidária? Assim, percebemos que a Economia Solidária não pode representar toda e qualquer vivência coletiva, ela possui (como salientamos anteriormente) traços que identificam os grupos, mas esses traços devem traduzir as histórias, que são exercícios diários de re-tradução dessas mesmas práticas. A identidade, portanto, não é um texto prévio que devemos nos aproximar, mas é um texto que deve ser escrito, a todo momento, de diferentes formas, com diferentes caligrafias, linhas, traços.

O afastamento de alguns empreendimentos das reuniões do *Fórum Municipal de Novo Hamburgo* vem sido refletido pelo grupo que busca alternativas para garantir a maior representatividade dos empreendimentos nas reuniões. Dessa forma, percebemos que este deve ser um espaço de construção e troca de saberes, onde devemos primeiramente, nos conhecer, falar de nossas experiências e partir delas pensar o(s) sentido(s) da Economia Solidária.

O Fórum de Economia Solidária tem reunido vários segmentos como alimentação, confecção, artesanato, serviços, separação e/ou reciclagem de resíduos sólidos, etc. A participação destes grupos trouxe às reuniões do Fórum, conseqüentemente, diferentes leituras e demandas provenientes dessas experiências. Como então respeitar as particularidades dos segmentos

e, ao mesmo tempo dialogar, com outros que vivenciam dificuldades diversas? As reuniões do Fórum têm possibilitado percebermos que embora a vivência da Economia Solidária esteja ligada a realidade dos segmentos e de como estes vão se articulando para ampliar seus espaços, há algo que atravessa a história dos grupos. O Fórum torna-se assim um espaço de construção de redes que não é pensada apenas como relações econômicas de compra e venda, mas como troca de conhecimentos, que envolve dimensões culturais, sociais e políticas dos empreendimentos de economia solidária.

No dia 18 de maio de 2002 constituiu-se o *Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Vale do Sinos*⁶, antecipando uma organização a nível nacional que culminou na criação em 2003, do *Fórum Brasileiro de Economia Solidária* e criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Este fórum agrega uma série de experiências de economia solidária, algumas com mais de 10 anos de existência, entre as quais: cooperativas de calçado, cooperativas de reciclagem de resíduos, cooperativas de prestação de serviços, bem como associações de artesãos e grupos de produção de alimentos.

No momento de sua formação discutiu-se os principais desafios dos grupos que eram: a necessidade de avançar na articulação dos grupos a partir da problemática dos setores produtivos fundamentais da Região: Reciclagem, Prestação de serviços, Alimentação, Artesanato e Indústria (calçado e metal-mecânica); a necessidade de construir opções de comercialização para os grupos, consolidando redes de comercialização e consumo na Região e a necessidade de desenvolver ações de formação sistemáticas, tanto do ponto de vista da qualificação técnica e gestonária dos grupos quanto dos elementos básicos sobre a economia solidária e a autogestão.

Iniciamos nossa participação no Fórum (enquanto pesquisadoras e representantes de entidade de apoio) no início de 2007, momento em que foram escolhidos (através dos fóruns municipais) seus novos coordenadores. Neste período, observamos grupos que possuem uma caminhada significativa e outros que estão em processo inicial de participação. Isso é perceptível no exercício da fala: os grupos com mais experiência falam mais, debatem, demonstram possuir maior confiança em si mesmos, enquanto os grupos

⁶ Estas informações foram retiradas de um relatório elaborado em 2006, pelo Fórum do Vale do Sinos, intitulado "Relatório sobre atividades no Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio Grande do Sul e o Fórum Regional de Ecosol do Vale do Sinos".

mais novos parecem aprender a falar. No entanto, a troca de experiências não necessariamente vem na direção “daquele que sabe para aquele que não sabe”. Todos ali têm suas contribuições a fazer, como por exemplo, em uma das reuniões onde tudo parecia estar caminhando para uma direção, quando o grupo foi surpreendido pela pergunta de uma pessoa que não estava entendendo o que se passava, e disse “não entendo o que vocês dizem, não sei o que posso passar a meu grupo quando somente consigo anotar 20% do que vocês falam”. A fala desse integrante desestabilizou o grupo, o que fazemos com esse sentimento? Há nessa fala muitas coisas que podemos pensar, a preocupação com o seu grupo, a seriedade de seu envolvimento enquanto coordenador do fórum, e a distância e diversidade de nossa línguas. O “não estar entendendo” exigiu do grupo olhar com atenção para o que estávamos construindo e como estávamos construindo.

Articulando Economia Solidária, Educação e Trabalho

Cooperação e solidariedade são conceitos, de certa forma, ambíguos, que permitem diversificados usos. Em geral, são usados para definir ações, relações entre indivíduos, ou empregados como sinônimos de organização institucional.

Para as finalidades deste texto, definimos cooperação e solidariedade como componentes de um processo social, fundado em formas associativas de interação humana, no qual, um grupo de pessoas busca encontrar respostas e soluções para seus problemas comuns, realizando objetivos comuns e produzindo resultados concretos de transformação na vida de todo(a)s. Neste processo, a cooperação e a solidariedade implicam tanto um estado de sensibilidade quanto uma ação consciente em direção a um fim comum, através da qual, as atividades individuais são coordenadas através de negociações e acordos compartilhados.

Desta concepção decorre a complexidade que se coloca à tarefa de articular economia solidária e educação e trabalho, visto que, para a realização deste objetivo, dentre outros desafios, impõe-se resgatar a tradição da educação voltada para os grupos populares, a qual visa a promoção de cidadãos –sujeitos de sua própria história– conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados, no melhor estilo da educação popular fortemente marcada pelos estudos de Paulo Freire, Carlos Brandão, entre outros.

Isto implica incorporar um saber construído a partir da perspectiva das camadas menos favorecidas da população, ampliando-se um campo de pesquisas e intervenções, tradicionalmente, voltado para a educação escolar.

Considerando que a economia solidária constitui um espaço privilegiado para a análise teórico-prática de processos grupais, nesta perspectiva, a educação, fundamentalmente, deverá saber lidar com as relações grupais, tomando-as como o vínculo essencial entre indivíduos e sociedade. Neste sentido, pensamos uma proposta de intervenção articulando as abordagens teórico-metodológicas da Pedagogia Social⁷, compreendidas como práticas de educação não escolar, sem que isto represente o abandono das emergentes questões que envolvem a educação escolar e os seus desafios frente às novas demandas.

Segundo Cabral (2005), a partir dos seus estudos realizados com trabalhadores do lixo, o conceito de economia solidária afirma-se como uma ação pedagógica-emancipatória-comprometida, isto é: traduz-se enquanto um instrumento educativo que oportuniza a subversão do esperado na medida em que se apresenta não somente como uma nova relação educação-trabalho, mas como um novo *ethos* social.

Em nossa experiência, tanto nas atividades de pesquisa como nas atividades de extensão universitária, temos trabalhado nesta perspectiva, buscando tornar os grupos conscientes de suas dificuldades e conquistas, bem como das dificuldades inerentes ao próprio processo grupal.

Entendemos que compete à Educação não, apenas, trabalhar na construção de uma consciência crítica, mas na construção de uma nova ordem social mais autônoma e mais justa, fundada nos princípios da ética, da solidariedade, por meio de práticas solidárias e autogestionárias.

A partir da análise dos problemas cotidianos das comunidades, a produção teórica e prática de uma Pedagogia Social como preferimos nomear, poderá desenvolver trabalhos em comunidades de baixa renda, em bairros

7 A Pedagogia Social tal como é reconhecida pelas autoras se constitui numa área transversal às práticas de educação não escolar. Caride (2004), retomando a historiografia da Pedagogia Social, área consolidada em inúmeros países europeus, especialmente na Espanha, reitera o seu caráter de atividade pedagógica imersa no trabalho social. Sobre questões pertinentes aos estudos da Pedagogia Social ver também Moura e Zucchetti (2006) e Zucchetti e Moura (2007).

populares, favelas, associações de bairro, comunidades eclesiais de base e movimentos populares, visando sempre a melhoria das condições de vida da população e partindo de um levantamento das necessidades e carências vividas por cada grupo. No caso específico das experiências de economia solidária, os programas de intervenção educativa, também deverão buscar contribuir para sua organização e gestão. Para tanto, será preciso enfrentar, pelo menos, dois grandes desafios: a) desenvolver estruturas e canais de diálogos compatíveis com as necessidades e a cultura dos trabalhadores/as; b) garantir a organicidade entre os interesses coletivos e individuais.

Os fóruns de Economia Solidária têm representado um enfrentamento a esses desafios. Embora nossa pesquisa ainda esteja em andamento é possível percebermos o quanto uma intervenção educativa deve ter como principal objetivo o fortalecimento dos laços coletivos, atuando a partir do entendimento dos processos grupais desenvolvidos em cada organização solidária, utilizando técnicas e/ou métodos que favoreçam a emergência das características singulares de cada grupo, de acordo com seus mecanismos próprios de interação. Nesse sentido, as Entidades de Apoio tem contribuído no aprofundamento das reflexões sobre Economia Solidária; assim como os grupos de Empreendimentos têm enriquecido e transformado o exercício mesmo de reflexão dessas entidades.

Desse modo, partindo de elemento desencadeador do processo grupal –o reconhecimento mútuo, entre os sujeitos, de sentirem-se constituintes de um grupo que compartilha algo significativo– cada grupo enfrentará continuidades e rupturas com sua história, construindo sua própria rota, marcada tanto pelas singularidades presentes quanto pela ação coletiva ali engendrada.

Considerando que o que caracteriza a constituição de um grupo é a ação coletiva desencadeada pela consideração mútua, realizando-se com o envolvimento de todos e tendo como resultado o coletivo; sua existência dependerá da ação deliberada de seus participantes e este agir coletivo será gerador de outras novas necessidades que realimentarão, por conseguinte, as relações entre os sujeitos e seus interesses em trabalhar coletivamente.

Partindo do entendimento do processo grupal como uma ação coletiva, deve-se buscar uma maneira de intervenção adequada aos coletivos solidários que forneça suporte teórico e fundamentem suas escolhas e decisões. Trata-se de uma intervenção grupal transformadora que possibilita aos trabalhadores/as pensarem-se como sujeitos ativos, capazes de decidir

coletivamente seus destinos, ainda que conscientes de suas possibilidades e limites.

Impõe-se, desse modo, desenvolver um modelo de intervenção educativa capaz de atender às necessidades de cada grupo, através da criação de módulos temáticos específicos, abordando temas tais como: laços grupais, comunicação, liderança e tomada de decisões coletivas, cooperação e solidariedade e identidade profissional e coletiva, estabelecendo com os diferentes grupos uma relação flexível e não autoritária e estimulando a reflexão dos trabalhadores sobre seu potencial como agentes de mudanças sociais.

Considerações Finais

Apartir das nossas atividades de pesquisa, estamos construindo um quadro preliminar e ainda não definido acerca dos empreendimentos associativos e solidários que, atualmente, estão vinculados ao *Fórum Municipal de Economia Solidária de Novo Hamburgo/RS*⁸ e do *Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Vale do Sinos*. Todavia, algumas características gerais já podem ser visibilizadas. Por exemplo, em termos de setor de atuação, a maioria dos grupos associativos pesquisados constitui cooperativas de serviço, sendo que as de produção –em menor número– estão predominantemente relacionadas ao ramo coureiro-calçadista.

Contudo, nem todos os empreendimentos cooperativos pesquisados vivem as mesmas situações. Alguns estão constituídos por mulheres desempregadas que apenas recentemente se organizaram em torno das atividades de artesanato. Outros, por sua vez, possuem uma importante e longa trajetória na região, trabalhando na seleção e reciclagem de resíduos sólidos. Outros, ainda, além de desenvolverem atividades de geração de trabalho e renda militam no ideário da economia solidária. Entretanto, ainda que norteados pelos princípios da economia solidária, quase todos esses grupos ainda apresentam características de funcionamento muito

⁸ Dados mais consistentes acerca das características gerais e específicas de cada grupo, oportunamente, serão apresentados em um futuro artigo, após esgotarmos a fase da análise do material empírico.

rudimentares e amparados na lógica da relação capital trabalho, no qual o desejo pelo emprego formal ainda é presente⁹.

Frente às flagrantes características de fragilidades de grande parte dos EES, o apoio externo à estes grupos torna-se fundamental para sua criação, manutenção, desenvolvimento e sobrevivência. Nessa perspectiva, não temos dúvidas sobre os inúmeros e gigantescos desafios que a economia solidária está demandando do campo da Educação. O que ainda não sabemos é se há lugar para a economia solidária no campo da educação hegemônica? Além disso, preocupa-nos o caráter compensatório presente no campo da educação não escolar o qual pode implicar o risco de tratar a economia social como atividade de segunda linha voltada para os chamados grupos 'marginais'. Trata-se de um olhar que vem "de fora", daqueles que observam essas mobilizações e as percebem como segunda linha contribuindo para que os empreendimentos de economia solidários sejam encarados, apenas, como alvo de práticas assistenciais ou o que é pior como alvo de ações assistencialistas, no pior do modelo paternalista brasileiro.

Por fim, preocupa-nos principalmente uma questão que está "dentro" dos próprios empreendimentos e que diz respeito ao como os próprios sujeitos estão se percebendo e vivendo a proposta de construção de novos modos de relação que não estejam amparados nos parâmetros capitalistas das relações poder-saber, diferenças étnicas, de gênero, etc? É importante também destacarmos como velhas práticas vão se inserindo em algo que surge como novo, ou seja, como é difícil nos desvencilharmos de modelos de relação de trabalho, de assessoria (prestada pelas entidades de apoio), de políticas públicas ancoradas em formas de se fazer política que acabam amarrando os movimentos em sua capacidade de criar e recriar o(s) sentido(s) da economia Solidária.

9 Numa das experiências estudadas pode-se verificar que as mulheres ao mesmo tempo em que demonstravam interesse no projeto do trabalho coletivo buscavam um trabalho com carteira assinada e direitos sociais. Noutras vezes, engajavam-se em trabalhos tão precarizados que acabavam retornando ao grupo, gerando assim grande mobilidade, movimento e inquietação no grupo. Permanecer ou não, aderir ou não, parecem ser sentimentos que preanunciam o dilema que acompanha o novo.

REFERÊNCIAS

- CABRAL, Sueli Maria. (2005). "Economia Solidária: um processo educativo." In: *Educação e Trabalho. Revista Práxis*. Novo Hamburgo, Feevale. Ano 2. Vol. 1. Janeiro.
- CARIDE, José Antonio, (2004), *Las fronteras de la Pedagogia Social. Perspectivas científica e histórica*. Gedisa, Barcelona.
- CATTANI, Antonio David, (2003), *A Outra Economia*. Veraz, Porto Alegre.
- GRAMSCI, Antônio, (1978), *Concepção Dialética da História*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- _____. (1982), *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- MOURA, Eliana; ZUCCHETTI, Dinora Tereza, (2006), "Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social". *Revista Educação Unisinos*. Vol.10. nº 3. São Leopoldo: Editora Unisinos. Set/dez.
- PEIXOTO FILHO, José Pereira, (2004), "Puxando o Fio da Meada: educação popular e produção associada". In: Picanço, Iracy & Tiriba, Lia (Orgs.) *Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia solidária*.: Idéias & Letras, Aparecida, SP, pp. 33-53.
- POCHMANN, Marcio, (2001), *O emprego na globalização*. Boitempo Editorial, São Paulo.
- SINGER, Paul, (2002), *Introdução à Economia Solidária*. Perseu Abramo, São Paulo.
- ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MOURA, Eliana, (2007). "Educação Não Escolar: refletindo sobre práticas para uma (outra) epistemologia da pedagogia social". *Revista Contrapontos*. Itajaí: Santa Catarina: Univali. Vol.7, nº1, p. 185-199, jan/abril.